

**ATA DA CENTÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Registrarmos a ausência do deputado Junior Mochi, que está cumprindo agenda externa no município de Três Lagoas (CI- 99/2025). Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE**.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados e deputadas. Bom dia ao público presente e a quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems. *“Ata da Centésima Quarta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Vinte e Sete da Centésima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 168.0.073.0172/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 4092/2025, da Presidência República; Ofício nº 0691/2025, da Caixa Econômica Federal; Ofícios nºs 85.009 e 85.327/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ofícios nºs 47.571, 47.574, 47.577 e 47.593/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 01349/2025, da Prefeitura Municipal de Nova Andradina; Cartas nºs 1.204, 1.205 e 1.208/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Antonio Vaz, Paulo Duarte e Caravina. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lia Nogueira, Gleice Jane, Coronel David, João Henrique, Jamilson Name, Zé Teixeira e Pedro Kemp. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado João Henrique. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2025, de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 141/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à Prefeitura Municipal de Costa Rica, pela realização do Projeto Primavera 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à soldado Polyana Wruck, do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, pela conclusão do*

*Curso de Salvamento em Altura (CSALT), tornando-se a primeira mulher formada nessa especialidade pela corporação; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao Cedami (Centro de Apoio ao Migrante), pelos seus 41 anos de atuação em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada ao senhor Adenir Rangel Correia, pelos relevantes serviços prestados, de forma voluntária e comunitária, ao município de Rio Verde de Mato Grosso e à sua população; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada ao policial militar primeiro-sargento Altamiro Pereira; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao senhor Gimi Leandro de Oliveira, proprietário da empresa Jangada Transportes de Passageiros, que encerrou suas atividades após 32 anos de história em Novo Horizonte do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao chef Willian Utida, do Utida Sushi Bar, localizado no município de Dourados, pela brilhante conquista do 1º lugar no Campeonato Brasileiro de Sushi 2025, realizado nos dias 22 e 23 de outubro, durante o Seafood Show Latin America, no Distrito Anhembi, em São Paulo; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Lia Nogueira, Renato Câmara, Gerson Claro, Zé Teixeira, Paulo Corrêa, Jamilson Name, Neno Razuk, Mara Caseiro, Antonio Vaz, Zeca do PT, Lídio Lopes e Roberto Hashioka.* **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** — Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, onze de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco." Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, bom dia, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de novembro de 2025: Mensagem nº 37/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo estadual, a doar, com encargos, ao município de Miranda, o imóvel urbano e as construções de sua propriedade que especifica, e dá outras providências (Prot. nº 4617/2025); Mensagem nº 38/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo estadual, a doar, com encargos, ao município de Coxim, o imóvel de sua propriedade que especifica, e dá outras providências (Prot. nº 4618/2025); Mensagem nº 39/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que “acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.300, de 5 de setembro de 2024, nos termos que menciona, e dá outras providências (Prot. nº 4619/2025); Mensagem nº 40/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de emenda constitucional que altera a redação e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição Estadual, e dá outras providências (Prot. nº 4621/2025); Ofício nº 5.871/2025, do Ministério da Educação, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3748/2025); Ofício nº 132/2025, da Fundação Nacional de Saúde, encaminhando TC/PAC nº 1735/2008; Processo nº

25100.044638/2008-11 – Tomada de Contas Especial (Prot. nº 4614/2025); Ofício nº 4/2025, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3756/2025); Ofício nº 317/2025, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3574/2025); Ofício nº 1.821/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 3996/2025); Cartas nºs 1.211, 1.221 e 1.223/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Caravina, Coronel David e Junior Mochi (Prot. nº 3996/2025); E-mail da Associação Movimento Mãe Águia, respondendo à moção de congratulação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 3996/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Comunico aos senhores deputados que, em nossa agenda do final do ano, já temos marcada para o dia 17 de dezembro a nossa Cantata de Natal, que será feita mais uma vez na rampa de acesso da Assembleia; e dia 18 temos a confraternização dos servidores desta Casa, eventos que marcam o encerramento do ano legislativo. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Trago duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Edinei Marcelo Miglioli, solicitando a implantação de um estacionamento em 45 graus na praça localizada na avenida Marquês de Herval, esquina com a rua Olímpio Klafke, bairro Mata do Jacinto. A proposta em questão atende a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Antônio Molina, o qual declara que a referida praça é amplamente frequentada por moradores da região além de visitantes, que utilizam o espaço para lazer, prática esportiva e convivência comunitária; e que nas suas proximidades há diversos comércios, farmácias, mercados, igrejas, lanchonetes e outros, que atraem grande fluxo de pessoas e veículos diariamente, mas que entretanto o número de vagas disponíveis para estacionamento é insuficiente para atender à demanda, o que tem levado motoristas a estacionar de forma irregular, inclusive no interior da área da praça, o que ocasiona danos ao patrimônio público, gera transtornos ao trânsito local, prejudica a circulação de pedestres e compromete a segurança do espaço. Diante desse cenário, a implantação do estacionamento em 45º nas vias que margeiam a praça configura-se como medida necessária, capaz de proporcionar melhor organização e fluidez no trânsito, aumento significativo no número de vagas de estacionamento, valorização do espaço público, incentivo ao comércio local e uma maior segurança para motoristas e pedestres. Indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Riedel, com

cópias ao senhor Guilherme Alcântara, Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Euro Nunes Varanis Junior, superintendente regional Dnit/MS, solicitando a implantação de dispositivos de segurança (redutores de velocidade e uma rotatória sinalizada), no trecho da BR-262 (Anel Viário) compreendido entre a rua Piauí e a alameda José Xavier, no município de Corumbá. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Registro um projeto de lei, presidente. "Dispõe sobre a logística reversa das embalagens de produtos veterinários industrializados ou manipulados, no Estado de Mato Grosso do Sul, sua destinação final ambientalmente adequada, e dá outras providências. Artigo 1º - Esta lei dispõe sobre o sistema de logística reversa das embalagens de produtos veterinários industrializados ou manipulados em desuso, vencidos ou contendo resíduos, como produtos biológicos, antimicrobianos, terapêuticos, endectocidas, ectoparasiticidas, endoparasiticidas, tópicos, fortificantes, desinfetantes, dermatológicos, perfurocortantes, hormônios e outros produtos veterinários, bem como dos insumos utilizados na aplicação destes, que deverão ter descarte e destinação final ambientalmente adequada, nos termos desta lei. Parágrafo único. O disposto nesta lei aplica-se aos produtos veterinários sob posse do consumidor final, não abrangendo hospitais, clínicas e ambulatórios veterinários, serviços de higiene e embelezamento animal, estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde animal, centros de controle de zoonoses e demais instituições similares". São dezesseis artigos tratando desse importante assunto. Os produtos agrícolas, senhor presidente, já têm esse destino final. Quando compra um defensivo, um inseticida, enfim, qualquer produto agrícola, o produtor precisa fazer a tríplice lavagem e depois destinar esses vasilhames para um local específico, adequado. A área da veterinária ainda não tem esse destino final, no entanto existe um estudo segundo o qual mais de oito milhões de pessoas adquirem resistência a antibióticos devido ao mau uso e ao descarte inadequado desses frascos de antibióticos. Então, com esse sistema, nós estaremos contribuindo para diminuir a poluição das nossas bacias hidrográficas, dos nossos rios e dos nossos aquíferos. Muitos hormônios são usados na veterinária e essas embalagens, se manipuladas inadequadamente, podem acabar prejudicando a saúde dos peixes, na medida em que essas substâncias podem alterar seus genes. É, pois, um assunto sério, pertinente, que foi discutido na Frente Parlamentar do Leite e que culmina agora com a apresentação do presente projeto de lei. Esse processo foi construído junto com os sindicatos rurais, com a UFMS, com pesquisadores. Enfim, é um projeto importante, de uma lei que vai regular o manejo dos utensílios e frascos utilizados na cadeia produtiva veterinária. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 04658/2025, 4657/2025). De autoria do deputado

Jamilson Name: duas moções de congratulação (Prot. n<sup>º</sup>s 04661/2025, 04645/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: quinze indicações (Prot. n<sup>º</sup>s 04622/2025, 04623/2025, 04624/2025, 04625/2025, 04626/2025, 4627/2025, 4628/2025, 4629/2025, 4630/2025, 4631/2025, 4635/2025, 04636/2025, 4634/2025, 04633/2025, 4632/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. n<sup>º</sup>s 4643/2025, 04642/2025); uma moção de pesar (Prot. n<sup>º</sup> 04644/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. n<sup>º</sup> 4649/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. n<sup>º</sup> 4653/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. n<sup>º</sup>s 04651/2025, 4650/2025, 4647/2025, 04646/2025); uma moção de pesar (Prot. n<sup>º</sup> 4648/2025); um projeto de lei (Prot. n<sup>º</sup> 04652/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. n<sup>º</sup>s 04656/2025, 4655/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: cinco indicações (Prot. n<sup>º</sup>s 04641/2025, 4640/2025, 4639/2025, 4638/2025, 04637/2025); dois projetos de lei (Prot. n<sup>º</sup>s 4654/2025, 4659/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra o deputado Zé Teixeira. Transferida. Deputada Mara. Transferida. Deputado Caravina. Transferida. Deputado Professor Rinaldo. Transferida. Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Junior Mochi. Transferida. Deputada Gleice. Transferida. Deputado Neno. Transferida. Deputado Coronel David. Transferida. Deputado Pedro Kemp... Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) —** sem revisão do orador —

Senhor presidente, senhores deputados, eu ocupo a tribuna nesta manhã para reagir a um debate que aconteceu aqui nas últimas semanas, sobre o decreto do presidente Lula que instituía a Educação Especial Inclusiva no Brasil. Ocorre que esse decreto acabou gerando uma série de dúvidas, muitas entidades que trabalham no atendimento a crianças com deficiência ficaram inseguras, achando que com o decreto seria o fim do atendimento nas escolas especializadas das entidades filantrópicas. Nós aqui já havíamos alertado que o decreto não tratava disso, que seu objetivo era na verdade avançar naquilo que se entende como educação inclusiva (educação especial inclusiva) nas escolas comuns das redes públicas de ensino, mas muita gente continuou insistindo que as escolas especializadas, as Apaes, as Pestalozzi, corriam o risco de fechamento. Pois agora trago aqui uma boa notícia: o ministro Camilo Santana, da Educação, já se reuniu com uma comissão de representantes da federação das Apaes, da federação das Pestalozzi e de outras entidades representativas do segmento, e disse que o decreto será republicado com alterações sugeridas por essas entidades, justamente para garantir que as escolas especializadas no atendimento aos alunos com deficiência continuem atuando e continuem recebendo recursos do Fundeb — os recursos que são repassados hoje vão continuar sendo repassados. De modo que eu queria tranquilizar essas entidades; aqui em Mato Grosso do Sul, nós temos algo como 57 Apaes, 8 Pestalozzi, sem falar de outras entidades que também prestam serviço na área da educação especial. Pois então eu digo que essas entidades — que realizam um trabalho fundamental, porque têm equipes multiprofissionais atendendo as crianças com deficiência, deficiências múltiplas, deficiências graves —, digo que elas vão continuar atendendo essas crianças, e com o apoio do Governo Federal.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Vossa Excelência me permite, Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Concedo o aparte ao deputado Zeca.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Oportuno o pronunciamento que faz Vossa Excelência, para tranquilizar todo mundo, porque eu sei de muita gente que propagou, num ato de maldade irreversível, esses mal-entendidos; essa gente está é fazendo politicagem para prejudicar a imagem e desgastar o governo do presidente Lula, esta que é a verdade. Felizmente, eu sei, as pessoas de bem que trabalham com a educação especial sabem que muita coisa precisa de mais fiscalização, mais transparência. Eu espero, para concluir, que o novo decreto corrija imperfeições, que atenda às reivindicações das entidades (entidades sérias!), mas que também preserve os mecanismos de fiscalização dessas entidades — que recebem recurso público do Governo Federal. Obrigado, Pedro.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado, deputado Zeca. E, sim, nós realmente estamos atentos à politicagem que entrou nessa discussão do decreto do presidente, um certo pânico que tentaram instilar nos dirigentes das entidades de educação especial, mas nós sabíamos que o Governo não tomaria nenhuma decisão no sentido de acabar com o financiamento nem de extinguir as escolas especializadas. De qualquer forma, já temos aí a informação do ministro Camilo Santana da reformulação do projeto, da inserção de propostas apresentadas pelas entidades filantrópicas, de forma a garantir que a educação especial inclusiva continue existindo nas escolas regulares, nas escolas comuns, com a matrícula aberta aos alunos especiais que queiram frequentar uma sala comum, de uma escola regular, e também aberta àquele aluno cuja família deseje vê-lo numa escola especializada, numa entidade filantrópica que ofereça a educação regular e também o AEE, o Atendimento Educacional Especializado (uma vez aprovado pelo Conselho de Educação), no contraturno. Acredito que nos próximos dias já teremos a republicação do decreto do presidente Lula, que está sendo preparado pelo Ministério da Educação. Era isso, muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bom, senhor deputado, as Apaes do Brasil todo agradecem, nós que estamos sempre acompanhando esse belo trabalho das Apaes, destinando emenda para elas, ficamos muito felizes em saber disso. Obrigado. Registramos a presença de Donato Ricardo Rezende, vereador de Paraíso das Águas; de Suzana Ulisses, vereadora do município de Amambai; de Ademir Santana, ex-vereador de Campo Grande; de Marcos Vinícius Peres, o nosso secretário executivo da capital, lá da Casa Civil, o Marquito. Obrigado pela presença. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a recomposição de quórum.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PP) — Senhor presidente, são vinte deputados. Há quórum para deliberação das matérias.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vamos então à Ordem do Dia, exatamente às 10h06, agradeço aos senhores, porque eu tenho reunião de comissão e a gente quer dar uma adiantada nos trabalhos... Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Só queria cumprimentar os nossos vereadores de Bataguassu, o Nivaldo Marques, o Mauricião, decano da Câmara de Vereadores de Bataguassu, é nosso Londres Machado lá, já com cinco mandatos, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — O Mauricião do quinze...

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB)** — Mauricião do quinze. É um prazer tê-los aqui conosco. Obrigado, senhor presidente.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Só queria fazer um registro, presidente, da presença do professor Adilson, mestre em capoeira, meu colega da universidade federal, autodidata; está aposentado pela UFMS, mas continua dando sua parcela de contribuição ao estado. E queria também, deputado Pedro, lembrar que hoje é o Dia do Diretor Escolar. Com coragem, sensibilidade e compromisso, esses verdadeiros líderes da educação conduzem o dia a dia das nossas escolas, enfrentando desafios, administrando equipes, cuidando dos alunos e garantindo que o ensino chegue com qualidade em cada sala de aula. Ser diretor ou diretora é muito mais do que gerir, é inspirar, acolher, transformar vidas, é estar à frente de um espaço que forma cidadãos e constrói o futuro. Vossa Excelência, que foi professor, sabe muito bem da importância do diretor. Pois deixo aqui, deputado Gerson, o meu reconhecimento, o reconhecimento desta Casa, a nossa gratidão a cada diretor, a cada diretora, que com amor e dedicação fazem da escola um lugar de esperança e aprendizado. Parabéns a todos os diretores de Mato Grosso do Sul!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Eu ouvi bem? "colega de capoeira" do senhor?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Colega como funcionário da universidade federal, mas ele é mestre de capoeira. Inclusive, ele veio aqui para discutir uma lei, aprovada durante o governo Reinaldo Azambuja, que permite a atuação desse profissional nas unidades educacionais da educação básica, públicas e privadas, lei que agora parece seré objeto de mudanças, tema que vamos discutir com o secretário de Educação — para que a escola que queira ter a presença desse profissional possa lhe oferecer condições para desempenhar sua função... Mas se Vossa Excelência, presidente,



tiver interesse em participar dessa arte, secular em nosso país, está aqui o professor Adilson que poderá orientá-lo. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Obrigado, deputado. Quero registrar mais uma vez, sem ciúmes do deputado Caravina nem da Vanderleia, a presença aqui do presidente Nivaldo e do meu amigo Maurício do Quinze. O Caravina não tem ciúmes, Maurício, pode ficar tranquilo, que a nossa amizade não tem preço... Item 1. Projeto de Lei nº 141/2025. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui o 'Dia Estadual de Reflexão e Memória pelas Vítimas de Feminicídio', no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 141/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — S

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) —

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) –

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) Sim

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis, nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 281/2025. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil S.A., com garantia da União, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 281/2025, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.**

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.**



**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

## **DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Abstenção.**

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Br

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Abstêncio.**

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim

## **PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP)

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 017/2025. Autor: deputado Roberto Hashioka. "Acrescenta dispositivos à Lei nº 2.661, de 6 de agosto de 2003, para incluir os pneumáticos inservíveis na Política Estadual de Reciclagem de Materiais." A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu também parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação... Para discutir, o deputado Roberto Hashioka.



**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Senhor presidente, o que se objetiva com a inclusão no inciso VII é incentivar a comercialização, a industrialização e o reaproveitamento de pneus inservíveis, alinhando a atividade aos princípios da economia circular e ao desenvolvimento sustentável, e promovendo o cumprimento das diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Portanto, essa adequação legislativa fortalece as ações voltadas à destinação correta de pneumáticos, reduz os impactos ambientais negativos e reafirma o compromisso do Estado na defesa do meio ambiente como um direito de todos e um dever do poder público. Voto sim, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 017/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) – Sim.**

## DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) —

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) - S

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 238/2025. Autor: deputado Renato Câmara. "Institui a Juruva (*Baryphthengus Ruficapillus*) como ave símbolo dos domínios da Mata Atlântica no Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Eu queria que alguém me explicasse o que é juruva. Eu sou homem do Pantanal, ando esse estado inteirinho e nunca vi ninguém falar disso; já vi falar do cabureí. Mas juruva!

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Juruva é ali da região do deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Declaração de voto, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar o voto, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Deputado, está acontecendo lá em Belém a COP 30. E ano que vem teremos aqui em Mato Grosso do Sul a COP 15, com a presença já confirmada de 120 países; será o maior evento sobre aves migratórias do mundo. Mato Grosso do Sul é rico em aves e está desenvolvendo esse setor, mas faltava ainda uma ave para representar as matas atlânticas do estado. Hoje temos o tuiuiú, que representa o Pantanal, e temos a arara azul, representando o bioma do estado como um todo. Essas entidades que defendem as aves nativas fizeram então, a pedido nosso, um



grande campeonato nas redes sociais, onde entraram várias aves, e a juruva sagrou-se vencedora na pesquisa. Depois tivemos uma audiência pública com técnicos da UFMS, da Uems, da Unigran e de várias entidades protetoras dos animais para validar o nome da juruva, que é uma ave nativa das nossas matas atlânticas, principalmente das banhadas pelos rios Paraná e Ivinhema. Depois eu quero lhe mostrar, Zeca, uma foto da juruva, para você ver como ela é bonita. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Presidente, estou com uma dúvida, com o Caravina... Renato, você que é autor do projeto: como é mesmo o nome científico dessa ave?...

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) —** É *Baryphthengus ruficapillus*. Depois, se você quiser mais informações, eu lhe apresento a juruva.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 0238/2020, de autoria do deputado Renato Câmara.

**Presidente** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Primeiro-secretário** — deputado Renato Câmara (MDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim**

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim

DEPUTADO RAUL O DUARTE (PSB)

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** Sim



**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, a votação da juruva teve dezoito votos favoráveis e nenhum contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (sem partido) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (sem partido) — Queria informar aos colegas que chegou às nossas mãos um ofício (que já deve ter chegado também aos gabinetes dos nobres pares) nos convidando para a 28ª Conferência Nacional da Unale, que acontecerá nos dias 3, 4 e 5 de dezembro do corrente ano, na cidade de Bento Gonçalves/RS. Neste ano, a Conferência Nacional da Unale terá como tema a "Humanidade Conectada", com foco no debate acerca da inteligência artificial e das emergências climáticas no contexto dos parlamentos estaduais. Será uma honra para a Unale poder contar com a prestigiosa participação dos senhores, para que possamos debater os temas que hoje estão sendo discutidos em nível nacional. Temos também, dia 24 e 25 agora, de novembro, daqui a duas semanas, em Brasília, a "1ª Marcha dos Parlamentares Estaduais", para debater as questões relativas à reforma administrativa e suas implicações para os parlamentos estaduais. Enquanto queremos ganhar espaço em nossa atuação parlamentar, hoje tramita um projeto que pretende tirar parte da nossa autonomia. Então, dias 24 e 25 parlamentares estaduais de todo o Brasil estarão em Brasília, e todos os colegas estão convidados. É o que tinha, muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Anotado, nobre deputado. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Com a permissão de Vossa Excelência, eu queria registrar dois projetos de lei. O primeiro "declara de Utilidade Pública Estadual a

Fundação Anália Franco de Maracaju, com sede no município de Maracaju"; o segundo, inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul a Romaria Diocesana em honra à Nossa Senhora Aparecida, no distrito de Vila São Pedro, em Dourados e dá outras providências". Apenas isso, muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 5. Em discussão única e votação simbólica: 02 requerimentos, 20 indicações, 01 moção de protesto e 04 moções de congratulação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento do senhor Alfredo Perez Almeidinha. Proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor Dionálio Vieira Pinho. Proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor Antônio Alves Filho. Proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor Antônio Dionísio de Oliveira. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, só para noticiar para esta Casa, principalmente a Vossa Excelência, a enorme repercussão que está tendo a decisão que tomei lá em Caarapó, de por contar própria adesivar todos os bens dados pelo governo do presidente Lula, que a maioria dos prefeitos e autoridades do Governo do Estado omitem — uns enormes adesivos dizendo assim: "este é um bem entregue pelo governo do presidente Lula". E está havendo uma aceitação disso na maioria dos municípios: estão me chamando para botar placa em creche, placa em posto de saúde, placa em conjunto habitacional, placa no Cras [Centro de Referência de Assistência Social], porque é lá que se controlam os programas cujo dinheiro é Lula quem dá, placa nas viaturas... E vou fazer uma maior ainda, porque é inadmissível, insisto, para concluir, que prefeitos, vereadores, autoridades, quem quer que sejam, continuem de forma vergonhosa omitindo o papel do Governo Federal, que espraiia investimentos em todos os setores deste estado. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Todos os deputados inscritos pediram transferência. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Sessão (10h28min).